

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de 380% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.507.094).

Política de distribuição de dividendos
 Aos acionistas está assegurada um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia
 O Conglomerado Credit Suisse Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2020 era de 13,83% (2019 - 22,34%).

Gerenciamento de riscos
 O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 31 de Março de 2021, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido de que trata a Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com/br/pt/quem-somos/governanca/dados-abertos/cpln3.html>.

A Diretoria:
 José Olympio da Veiga Pereira
 Marcelo Augusto Ramos
 Leonardo Raib
 Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez
 Teodoro Zemella Bruno de Lima

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Nota	Dezembro/2020	Nota	Dezembro/2020
Circulante		3.079.289		5.694.067
Caixa e equivalentes de caixa		2.483.320		5.675.689
Disponibilidades	5	131		3.953.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	2.483.189		57.467
Aplicações no mercado aberto.....		2.483.189		3.772.179
Instrumentos financeiros		596.519		24.060
Títulos e valores mobiliários	7	36.509		1.680.062
Carteira própria.....		32.728		1.680.062
Vinculados à prestação de garantias.....		3.781		41.928
Relações interfinanceiras		1.248		41.928
Depósitos no Banco Central.....		1.248		18.378
Operações de crédito	8	558.762		43
Operações de crédito - setor privado.....		558.762		10.103
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(1.240)		904
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....		(1.240)		570
Outros créditos		622		4.949
Diversos.....	9	288		255.929
Não-circulante		4.144.235		1.324.522
Realizável a longo prazo		4.143.796		1.324.502
Instrumentos financeiros		4.123.921		1.315.907
Operações de crédito	8	4.123.921		1.311.871
Operações de crédito - setor privado.....		4.123.921		1.311.871
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(6.536)		4.036
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.....		(6.536)		4.036
Outros créditos	18c	26.411		8.595
Ativo fiscal diferido.....		26.411		5.208
Diversos.....	9	958		836
Permanente		439		1.009
Investimentos.....		-		1.009
Outros investimentos.....		-		902
Imobilizado		439		2.195
Imobilizado de uso.....		2.873		204.955
Depreciações acumuladas.....		(2.434)		135.000
Intangível		-		70.228
Ativos intangíveis.....		-		(273)
Amortizações acumuladas.....		-		-
Total do ativo		7.223.524		7.223.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		Exercícios	
		2020	2020	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		86.077	127.716	96.634	97.946
Operações de crédito.....		72.416	111.859	87.946	87.946
Operações de depósitos em títulos e valores mobiliários.....		13.661	15.857	10.688	10.688
Despesas da intermediação financeira		(53.308)	(81.788)	(48.522)	(48.522)
Operações de venda no mercado.....		(52.686)	(79.003)	(66.467)	(66.467)
Operações de captação ou transferência de ativos financeiros.....		-	-	-	(18.388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8c	(622)	(2.785)	(36.313)	(36.313)
Resultado bruto da intermediação financeira		32.769	45.928	50.112	49.424
Outras receitas (despesas) operacionais		(19.320)	(30.296)	(16.649)	(16.649)
Despesas de pessoal.....	16d	(13.000)	(20.303)	(12.341)	(12.341)
Outras despesas administrativas.....	16a	(4.726)	(7.619)	(5.674)	(5.674)
Despesas tributárias.....		(1.596)	(2.368)	(1.520)	(1.520)
Outras receitas operacionais.....	16c	22	37	3.210	3.210
Outras despesas operacionais.....	16b	(20)	(43)	(324)	(324)
Resultado operacional		13.449	15.632	33.463	33.463
Resultado não operacional		(1)	(2)	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		13.448	15.630	33.463	33.463
Imposto de renda e contribuição social	15	(19.401)	(19.169)	(36.385)	(36.385)
Provisão para imposto de renda.....		(3.716)	(3.278)	-	-
Provisão para contribuição social.....		(3.161)	(3.371)	-	-
Ativo fiscal diferido.....		26.278	26.278	(36.385)	(36.385)
Participações nos lucros		-	-	(730)	(730)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		30.849	34.799	(3.652)	(3.652)
Caixa e equivalentes de caixa.....	13a	54.000	54.000	54.000	54.000
Lucro líquido/(prejuízo) básico e diluído por ação		0,61	0,64	(0,07)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		Exercícios	
		2020	2020	2019	2019
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		30.849	34.799	(3.652)	(3.652)
Itens que não serão reclassificados para o resultado.....		-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	11	1.562	1.562	1.562	(847)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	11	(826)	(826)	(430)	(430)
Resultado abrangente do semestre/exercício		33.585	35.335	4.069	4.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre		Exercícios	
		2020	2020	2019	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		32.849	34.799	(3.652)	(3.652)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		(25.527)	(23.227)	2.916	2.916
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa.....	8c	622	2.785	(192)	(192)
Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa.....		-	-	(36.120)	(36.120)
Depreciações.....	16a	125	250	250	250
Constituições / (Reversões) para riscos fiscais e outros passivos contingentes.....	12	15	39	2.629	2.629
Atualização de depósitos em garantia.....	16b	(13)	(25)	(36)	(36)
Resultado na baixa de investimentos e imobilizado.....		2	2	-	-
Impostos e contribuições diferidos.....	15b	(26.278)	(26.278)	36.385	36.385
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício ajustado		7.322	11.572	(736)	(736)
Variações patrimoniais		2.475.827	2.471.649	2.509	2.509
Títulos e valores mobiliários.....		44.901	48.158	27.190	27.190
Relações interfinanceiras.....		(708)	(1.035)	162	162
Operações de crédito.....		(2.311.588)	(3.325.895)	(432.080)	(432.080)
Outros créditos.....		(25.270)	(25.278)	35.580	35.580
Depósitos.....		3.020.133	4.020.627	309.064	309.064
Captações no mercado aberto.....		1.680.062	1.680.062	-	-
Recursos de aceites e emissões de títulos.....		(13.203)	(28.467)	(15.842)	(15.842)
Outras obrigações.....		40.259	37.410	(7.869)	(7.869)
Juros recebidos.....		42.985	68.149	87.043	87.043
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(1.744)	(1.762)	(739)	(739)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.483.149	2.483.221	1.773	1.773
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	-	(1.746)	(1.746)
Dividendos e bonificações pagos.....		-	-	(1.746)	(1.746)
Caixa utilizado pelas atividades de financiamento		-	-	(1.746)	(1.746)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.483.149	2.483.221	27	27
Variável líquida de caixa e equivalentes de caixa		2.483.149	2.483.221	27	27
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....		171	99	72	72
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício.....	5	2.483.320	2.483.320	99	99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados		Total
		legal	estatutária				
Em 31 de dezembro de 2018		135.000	30.852	(592)	-	-	181.754
Resultados abrangentes.....		-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	(847)	-	-	(847)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	430	-	-	430
Lucro líquido do exercício		-	-	(3.652)	-	-	(3.652)
Em 31 de dezembro de 2019		135.000	30.852	(1.009)	-	-	177.685
Resultados abrangentes.....		-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	1.562	-	-	1.562
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	(826)	-	-	(826)
Absorção de prejuízo.....		-	(3.652)	-	3.652	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	34.799	-	34.799
Destinações:.....		-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	13b	-	1.740	-	(1.740)	-	-
Reserva estatutária.....	13b	-	-	24.794	(24.794)	-	-
Dividendos.....	13c	-	-	-	(8.265)	-	(8.265)
Em 31 de dezembro de 2020		135.000	18.234	51.994	(273)	-	204.955
Em 1º de julho de 2020		135.000	16.494	30.852	(1.009)	-	179.635
Resultados abrangentes.....		-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	1.562	-	-	1.562
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	11	-	-	(826)	-	-	(826)
Absorção de prejuízo.....		-	(3.652)	-	3.652	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	32.849	-	32.849
Destinações:.....		-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	13b	-	1.740	-	(1.740)	-	-
Reserva estatutária.....	13b	-	-	24.794	(24.794)	-	-
Dividendos.....	13c	-	-	-	(8.265)	-	(8.265)
Em 31 de dezembro de 2020		135.000	18.234	51.994	(273)	-	204.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

1. **Contexto operacional:** O Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") foi constituído sob a forma de sociedade anônima, está domiciliado à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10º-14º andares, Itaim Bibi, São Paulo - SP, atua como Banco Múltiplo e está autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. O Banco é empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto.

2. **Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.639/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações foram elaboradas tendo como escopo a entidade individual. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes do Banco, conforme descritos na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. A resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração abrangente. O Banco, quando da preparação das demonstrações financeiras, com base na Circular supracitada, realizou a reclassificação de determinados itens do balanço patrimonial, sendo os efeitos desta reclassificação para os saldos comparativos, apresentados abaixo:

Nomenclatura anterior	Original	Reclassificado	Nomenclatura atual
Outros créditos (Diversos) - Circulante	622	390	Ativo fiscal corrente - Circulante
	-	232	Outros créditos (Diversos) - Circulante
Total	622	622	
Outras obrigações (Diversas) - Não-circulante	3.156	2.195	Outras obrigações (Diversas) - Não-circulante
	-	961	Provisões e passivos contingentes
Total	3.156	3.156	

3. **Descrição das principais práticas contábeis:** a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata die e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujo prazo de liquidação na data de aquisição é de até noventa dias. d. Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: i. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; ii. Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e. Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. e. Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: i. Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; ii. Modelos de precificação que utilizam como base o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

...continuação

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (-1,0%) no custo do serviço	(9)	(25)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (+1,0%) no custo dos juros	17	44
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (-1,0%) no custo dos juros	(13)	(33)
12. Provisões e passivos contingentes: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2020, as provisões no montante de R\$ 1.000 (2019 - R\$ 961) estão representadas principalmente por honorários advocatícios e obrigações legais fiscais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, além de outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e honorários advocatícios. Segue abaixo a movimentação das provisões contingentes no exercício:		
	Dezembro/ 2019	Dezembro/ 2020
Fiscais.....	807	824
Trabalhistas (a).....	114	131
Cíveis.....	40	45
Total.....	961	1.000

(a) Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos são: • Questionamento de cliente Pessoa Jurídica sobre perdas auferidas nos seus investimentos correspondentes à inflação expurgada do "Plano Verão", implementado pelo governo brasileiro em janeiro de 1989. O processo encontra-se suspenso, aguardando julgamento do assunto pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão será aplicável de forma uniforme a todos os processos que discutem a mesma tese. O valor atualizado da causa é de R\$ 2.960 (2019 - R\$ 2.848).

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social está representado por 54.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2020, foi aprovada a absorção de prejuízos à rubrica de "Reserva de lucros - estatutária" do Banco no montante de R\$ 3.652, correspondentes ao prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. A administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 8.265, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após constituição de reserva legal.

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05. **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	Controlador	12.847	-
Títulos e valores mobiliários.....	Relacionada	22.558	60.793
Operações de crédito	Relacionadas	2.933	470
Passivo			
Depósitos à vista.....	Relacionadas	7.370	214
Depósitos interfinanceiros.....	Controlador	3.772.179	615.732
Depósitos a prazo	Relacionadas	98.020	9.129
Outras obrigações:			
Diversas - aluguel.....	Controlador	97	96
		Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019

Resultado

Resultado de operações de crédito	Relacionadas	38	11
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	Controlador	234	194
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	Relacionada	2.287	3.967
Resultado de operações de captação no mercado.....	Controlador	(47.480)	(28.363)
Resultado de operações de captação no mercado.....	Relacionadas	(1.555)	(1.172)

b. Remuneração do pessoal chave da administração: • Benefícios de curto prazo: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram registrados benefícios de curto prazo referentes a honorários no valor de R\$ 1.036 (2019 - R\$ 1.022) e seus respectivos encargos sociais no valor de R\$ 233 (2019 - R\$ 230).

15. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	15.630	33.463
Participações nos lucros	-	(730)
Base de Cálculo.....	15.630	32.733
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 20% ⁽¹⁾	(7.033)	(13.093)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas não dedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis.....	(34)	-
Incentivos fiscais.....	226	-
Efeito do aumento da CSLL ⁽¹⁾	-	2.808
Constituição (reversão) do estoque de ativo fiscal diferido ⁽²⁾	26.010	(26.100)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	19.169	(36.385)

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de

2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%. Contudo, a Emenda Constitucional 103/19, aprovada em 12 de novembro de 2019, introduziu uma nova majoração de alíquota da CSLL para os Bancos, que passaram a ser tributados à alíquota de 20% a partir de março de 2020;

⁽²⁾ Em dezembro de 2019, havia sido efetuada a baixa integral do estoque dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A baixa dos créditos tributários foi líquida do passivo fiscal diferido, tendo em vista a compatibilidade de prazos na expectativa da realização dos tributos diferidos. Entretanto, a partir de 31 de dezembro de 2020, foram reconstituídos os créditos tributários de IRPJ e CSLL, pois o Banco voltou a atender a condição prevista no inciso II, do artigo 1º, da Resolução CMN nº 3.059/02.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Impostos diferidos		
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	8.915	(25.676)
Constituição (reversão) de base negativa de CSLL.....	7.717	(4.016)
Constituição (reversão) de prejuízo fiscal	9.646	(6.693)
Total de impostos diferidos	26.278	(36.385)

Impostos correntes

Imposto de renda e contribuição social devidos	(7.109)	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício.....	19.169	(36.385)

c. Ativo Fiscal Diferido: Em 31 de dezembro de 2020, o Banco reconstituiu o ativo fiscal diferido para o IRPJ e a CSLL no montante total de R\$ 25.453, uma vez que voltou a atender a condição prevista no inciso I, do artigo 4º, da Resolução CMN nº 4.842/20 (anterior Inciso II do artigo 1º da Resolução CMN nº 3.059/02). Apenas uma parcela de R\$ 213 manteve-se não ativada, referente a prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, em função da expectativa de realização acima de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2019 havia sido efetuada a baixa de todo o estoque (R\$ 26.100) dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade do Banco e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de gratificações e provisões indedutíveis.

	Dezembro/ 2019	Reversão/ Realização	Dezembro/ 2020
Prejuízo fiscal.....	-	9.646	-
Base negativa de CSLL	-	7.717	-
Diferenças temporárias (*)	-	8.090	-
Total de créditos tributários	-	25.453	-

(*) Inclui movimentação no montante de R\$ 826 que transitou via "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

	Dezembro/ 2018	Reversão/ Realização	Dezembro/ 2019
Prejuízo fiscal.....	6.693	4.823	-
Base negativa de CSLL	4.016	5.197	-
Diferenças temporárias	25.246	5.603	-
Total de créditos tributários	35.955	15.623	-

d. Expectativa de realização do crédito tributário

	Dezembro/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Valor presente*
1º ano.....	5.621	4.497	10.118
2º ano.....	2.509	2.007	4.516
3º ano.....	2.065	1.652	3.717
4º ano.....	532	425	875
5º ano.....	514	411	925
6º ano.....	535	428	963
7º ano.....	557	445	1.002
8º ano.....	579	463	1.042
9º ano.....	602	482	1.084
10º ano.....	627	502	1.129
Total.....	14.141	11.312	23.759

* A taxa de desconto utilizada é a Selic.

16. Outras informações: a. Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas com serviços técnicos especializados no valor de R\$ 1.309 (2019 - R\$ 816), despesas de serviços do sistema financeiro de R\$ 2.287 (2019 - R\$ 1.059), despesa de comunicações de R\$ 438 (2019 - R\$ 429), despesas de alugueis de R\$ 1.178 (2019 - R\$ 1.096), despesas de associações de classe de R\$ 1.282 (2019 - R\$ 1.154), despesas de condomínio de R\$ 182 (2019 - R\$ 211) e despesas de depreciação de R\$ 250 (2019 - R\$ 250).

b. Outras receitas operacionais referem-se a receita de atualização de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 12 (2019 - R\$ 0) e receitas com atualização de depósitos judiciais de R\$ 25 (2019 - R\$ 2.677).

c. Outras despesas operacionais referem-se, substancialmente, a atualização de provisão para contingências, riscos trabalhistas e honorários advocatícios no valor de R\$ 39 (2019 - R\$ 18). **d.** As despesas de pessoal são compostas, substancialmente, por salários, encargos, 13º salário, despesas com pagamentos de gratificações e seus correspondentes encargos, além de despesas com provisões de planos de ações e remuneração diferida.

e. Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus impactou adversamente as atividades econômicas globais, ocasionando uma desaceleração generalizada e um aumento na volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. O impacto nas demonstrações financeiras do Conglomerado Credit Suisse, como resultado destes eventos, não foi significativo, considerando os níveis de capitalização e de liquidez das entidades. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impede qualquer previsão como seu impacto final. A administração do Conglomerado continua monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

17. Eventos subsequentes: a. Em 1º de Março de 2021 foi publicada a medida provisória 1.034, a qual está em trâmite no Congresso Nacional e se aprovada, majorará a alíquota de CSLL para instituições financeiras, sendo 20% para Corretoras e 25% para Bancos. As alíquotas retornam para 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no exercício foi de R\$ 902 (2019 - R\$ 2.196) e como "Ajustes de avaliação patrimonial", ganho de R\$ 736 (2019 - perda de R\$ 416), líquida dos efeitos fiscais. O Banco realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial.....	7,29% a.a. (3,66% a.a. real)	7,06% a.a. (3,44% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo.....	3,50% a.a.	3,50% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral.....	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez.....	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos.....	IAPB - 57	IAPB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade.....	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano.....	75%	75%
h. Aposentadoria.....	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos
i. Composição familiar dos ativos.....	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
j. Composição familiar de aposentados.....	Família informada	Família informada
k. Inflação médica (HCCTT).....	6,60% a.a. (3,00% a.a. real)	6,60% a.a. (3,00% a.a. real)
l. Aumento de custos por idade (aging factor).....	3,00% a.a.	3,00% a.a.

ii. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe o Banco aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e um aumento nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas. **iii.** Reconciliação do passivo atuarial

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício.....	2.196	1.158
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante).....	113	81
3. Juros sobre obrigação atuarial.....	155	110
4. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população.....	(1.562)	847
5. Benefícios pagos pelo plano.....	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do exercício.....	902	2.196
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício.....	2.196	1.158
2. Despesa reconhecida no exercício corrente.....	268	191
3. Montantes reconhecidos no OCJ no exercício corrente.....	(1.562)	847
Passivo no balanço no final do exercício.....	902	2.196

c. Componentes da despesa do plano

1. Custo do serviço corrente.....	113	81
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo.....	155	110
Total da despesa a ser reconhecida.....	268	191

d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto.....	902	2.196
Passivo líquido.....	902	2.196

e. Componentes da despesa do plano projetada

1. Custo do serviço corrente.....	41	112
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo.....	66	155
Total da despesa a ser reconhecida.....	107	267

f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)

1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população.....	(1.562)	847
Custo total reconhecido no OCJ.....	(1.562)	847

g. Perdas (ganhos) reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)

1. Valores acumulados reconhecidos no OCJ no início do exercício.....	1.359	512
2. Perdas (ganhos) reconhecidos no OCJ durante o exercício.....	(1.562)	847
Valores acumulados reconhecidos no OCJ no final do exercício.....	(202)	1.359

h. *Duration* da obrigação atuarial.....

24,4	22,6
------	------

i. Fluxo de benefícios futuros

Exercício atual +1.....	6	8
Exercício atual +2.....	12	34
Exercício atual +3.....	13	34
Exercício atual +4.....	14	34
Exercício atual +5.....	14	32
Exercício atual +6 até exercício atual +10.....	115	160

j. Distribuição da obrigação atuarial

1. Ativos.....	529	1.806
2. Assistidos/aposentados/pensionistas.....	373	390
Total da obrigação atuarial.....	902	2.196

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício

A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/ 2020	Dezembro/ 2019
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial.....	(94)	(249)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial.....	109	291
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço.....	(4)	(13)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço.....	5	15
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros.....	(3)	(8)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros.....	3	8
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (+1,0%) na apuração da obrigação atuarial.....	234	632
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (-1,0%) na apuração da obrigação atuarial.....	(178)	(467)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTT (+1,0%) no custo do serviço.....	12	35

A DIRETORIA

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC ISP 178320/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparados originalmente antes das reclassificações descritas na Nota 2, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 3 de março de 2020, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, examinamos também as reclassificações descritas na Nota 2 que foram efetuadas para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Instituição referentes ao exercício de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela capacidade da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interna-

cionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e